

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
FERNANDA GELARD REIS ZARRO



**COOPERAÇÃO BRASIL-ANGOLA: EDUCAÇÃO DA MULHER ANGOLANA  
PARA A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO.**

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO  
PROFESSORA ORIENTADORA: FATIMA MELLO

Rio de Janeiro  
2018.2

**COOPERAÇÃO BRASIL-ANGOLA: EDUCAÇÃO DA MULHER ANGOLANA  
PARA A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO.**

Trabalho de Conclusão de Curso secundário apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Rio de Janeiro  
2018

## RESUMO

O presente trabalho tem como objeto central a cooperação técnica Brasil - Angola para a alfabetização de mulheres angolanas. A Angola é um país com altíssima taxa de analfabetismo, e os números são ainda mais agravantes quando se coloca lente de gênero. Nesse âmbito, há de se trazer ainda, o quadro de desigualdades e violências de gênero geral que o país apresenta. O trabalho propõe a pensar então, quais as causas dessas desigualdades, qual o papel a falta de acesso à educação despenha e assim, apresentar um projeto-proposta brasileira para atuar diretamente nas áreas mais carentes oferecendo um tratamento holístico para a o problema do analfabetismo pensando as especificidades angolanas.

Palavras chaves: Angola, analfabetismo, gênero, desigualdades, cooperação sul-sul.

## ABSTRACT

The present work has as its central object the technical cooperation between Brazil and Angola for the literacy of Angolan women. Angola is a country with a high rate of illiteracy, and the numbers are even more aggravating when it comes to gender lensing. In this context, the framework of inequalities and general gender violence that the country presents must also be mentioned. The paper proposes to think then, what the causes of these inequalities, what role the lack of access to education plays and thus, present a Brazilian proposal project to act directly in the most needy areas offering a holistic treatment for the problem of illiteracy by thinking about Angolan specificities.

## Sumário

1	Angola.....	5
1.1	Educação.....	5
1.2	O papel da mulher angolana e o processo colonial .....	7
1.3	Dados da educação.....	8
2	Estratégia e objetivos gerais.....	13
3	Objetivos específicos.....	14
4	Justificativa.....	14
5	Plano de trabalho e metodologia .....	15
6	Cronograma.....	17
7	Resultados esperados e indicadores .....	17
8	Parceiros e instituições envolvidas.....	18
9	Quadro demonstrativo do orçamento do projeto.....	18
10	Referencias bibliográficas.....	20

## 1. ANGOLA

A Angola é um país localizado na costa ocidental do continente africano, ocupando uma área de 1.246,700 km<sup>2</sup> e com cerca de 18,4 milhões de habitantes, tendo como capital a cidade de Luanda. Sendo um dos países que tem como língua oficial o português, por ter sido colonizado por Portugal.

Os portugueses chegaram no território atual da Angola no final do século XV, em 1492. As margens, em nome do rei D. Joao II atesta assim o primeiro reconhecimento exterior do reino do Congo, instalando a primeira grande unidade política no território. Em 1575 a colônia portuguesa foi formada na Angola, com a chegada de Paulo Dias, que foi o primeiro governador português a chegar no país, tendo como principal função de explorar os recursos naturais e promover o tráfico negreiro, formando assim um mercado extenso. Em 1700, os portugueses já dominavam em Angola uma área de 65 mil quilômetros quadrados, com o objetivo de manter aberta as rotas dos escravos, que a essa altura já era a principal mercadoria de todo comercio, sendo “exportados” para Portugal, Brasil e América Central.

Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que se multiplicam as revoltas contra o comércio de escravos por parte de alguns líderes independentes e dos estados africanos do, uma elite de origem africana vai se firmando com base nesse mesmo comércio. Em 1836 acontece a abolição da escravatura e em 1878 o fim da condição de escravo, contudo não altera realmente a condição de exploração, já que grandes massas trabalhadores angolanas por parte do poder colonial feita sob a forma do chamado contrato. Essa situação agrava-se com a política colonial do regime de Salazar a partir dos anos 30 do século XX. Angola teve sua proclamação da independência em 1975. Passou boa parte dos anos seguintes em guerra civil. A partir de 2002, entrou em um período com relativa estabilidade e, em 2010, estabeleceu-se uma nova constituição.

### 1.1.EDUCAÇÃO

Falar sobre educação na Angola não é fácil, devido às poucas pesquisas e dificuldade de se conseguir dados confiáveis, principalmente no que se diz respeito a zona rural do país. A educação tradicional historicamente não vem sendo prioridade no quesito de constuir um projeto de cidadania e da identidade cultural angolana. A realidade educacional do pais dialoga entre o moderno e o tradicional, ou seja, a articulação entre a educação escolar oficial

e a educação tradicional de natureza comunitária. A educação tradicional em Angola tem as suas raízes na Educação Tradicional Africana (ETA) que, no período colonial, foi relegada para segundo plano por constituir um impedimento à construção de uma mentalidade nacional moderna e a uma limitação à aculturação dos angolanos (SILVA, E; CARVALHO M.J, 2009).

Por isso, segundo os autores Silva e Carvalho (2009), a política educativa colonial pretendeu erradicá-la por representar uma forma de reafirmação da cultura local e da resistência da mesma a introdução do colonialismo. Uma das características da ETA é a discriminação de género, que prepara os jovens de forma diferente, dignando funções domésticas as mulheres. No ponto de vista de igualdade de género esse ponto é indiscutivelmente criticável, contudo, é necessário contextualizar aqui todo o processo colonial e debater género sem a lente eurocentrica, levando em conta as particularidades angolanas e observar o potencial educativo da ETA quando se fala do resgate e manutenção a identidade dos angolanos enquanto bantu.

Na Angola a educação é compulsória e gratuita até os oito anos, contudo há uma grande percentagem de estudantes não matriculados em escolas por falta de estabelecimentos escolares e professores, segundo o próprio governo. A falta de estabelecimentos escolares se dá principalmente devido à guerra civil angolana entre 1975 a 2002, na qual aproximadamente metade de todas as escolas foram saqueadas e destruídas. Nota-se um aumento de recursos destinados à educação desde 2004, contudo, diante do quadro crítico, os números operam muito abaixo do necessário. Em 2005, o Ministro da Educação efetuou a contratação de 20 mil novos professores, e continua a implementar treinamento de professores. Entretanto, estes professores são submetidos a uma rotina de trabalho excessiva, com treinamento inadequado e salários muito baixos. Há ainda fatores externos que dificultam os trabalhos como minas terrestres, falta de recursos, e ainda o afastamento de crianças com problemas de saúde que não tem acesso a hospitais. Há ainda, uma disparidade significativa de jovens matriculados em escolas entre as áreas rurais e urbanas.

## 1.2.O PAPEL DA MULHER ANGOLANA E O PROCESSO COLONIAL

Começamos essa seção com a constatação de que a cultura tradicional de todo continente Africano foi sendo alterada decorrente a introdução de elementos da colonização, perdendo muitas características próprias. Na era colonial muitos rituais angolanos foram extinguidos pelas políticas coloniais e pela igreja católica na tentativa de apagar as culturas das comunidades, consideradas “atrasadas” ou que ameaçavam a moral cristã. Mas houve resistência de suas tradições principalmente nas zonas rurais formando um fenômeno cultural solido. Rituais estes introduzidos aos jovens quando permeiam a vida adulta, tornando se uma escola de vida para eles também. Dentro desse contexto, há o papel que a mulher angola exercia antes da colonização, e como isso foi se transformando.

É importante destacar sobre esse ponto, que esse estrutura hierarquica de gênero nem sempre esteve presente na Angola, e sim é, em grande parte, mais uma alteração cultural e social imposta e internalizada através do processo colonial.

Ao debruçarmos sobre a história da Angola e dos seus povos tradicionais, encontramos relatos de sociedades rurais estruturadas de forma matriarcal, ou seja, com a mulher exercendo papel de liderança. Essas obtiam prestígio e respeito pelo fundamental papel exercido na agricultura e na economia família e conseqüentemente, eram tidas como importantes membros da sociedade política local, com espaço e voz – algo que foi massivamente desconstruído com o passar dos anos e está sendo retomado apenas na história recente -. Trazemos esse histórico para nos atentarmos e pensarmos na história de Angola sem ignorar seu processo de colonização e as consequências deste, pensando assim em como os papéis de gênero foram moldados a partir dessa lógica de colonizadores versus colonizados, ou seja, em como o processo de colonização tem participação nas construções hierárquicas de gênero, a partir do momento que a lógica das sociedades dominadoras se sobrepôs à lógica das sociedades dominadas, que antes podiam apresentar equidade de gênero (PINTO, 2010).

Agora, o que se observa, então, é uma tentativa de resgatar essa igualdade em algum nível, buscando alterar a perspectiva sobre a capacidade de participação da mulher na sociedade e no fluxo da economia. Mas essa concepção em termos contemporâneos em uma sociedade profundamente marcada pela colonização e e pela desigualdade, é emergente, e a estrutura que determina os papéis dos homens e mulheres ainda é evidente,

principalmente no âmbito rural, e é neste ponto que se encaixa a problemática da mulher angolana.

### 1.3.DADOS DA EDUCAÇÃO

Segundo o Relatório Analítico de Gênero (2017) do Ministério da Família e Promoção da Mulher da República de Angola a população angolana é extremamente jovem, sendo que 51% tem menos de 15 anos de idade (INE; MINSA; MPDT e ICF Internacional, 2016). Tais dados representam um dos importantes fatores para a pobreza em Angola. O relatório nos mostra também que população feminina com 15 ou mais anos que sabia ler e escrever a nível nacional era de 51.9% contra 80.9% de homens, num total nacional de 65.6%. Traduzindo-se em valores de desigualdade no gênero de 0.64; 0.77 no espaço urbano, e 0.40 no espaço rural. Registrando uma disparidade entre os níveis de alfabetização entre as zonas rurais e urbanas. Em 2001, o Governo de Angola aprovou a Lei de Bases do Sistema de Educação, Lei nº 13/01 de 31 de dezembro, implementado a partir de 2004. Esta lei tem como objetivo principal a “redução das desigualdades sociais e de gênero”, propondo-se alcançar 0.99 no índice de paridade de gênero no acesso ao ensino com este novo sistema” (Comissão de Acompanhamento das Acções da Reforma Educativa - CAARE, 2010).

Tabela 1: Percentagem de Alfabetismo na População com 15 ou mais Anos, por Sexo.<sup>1</sup>

	Sabe ler e escrever			Índice de desigualdade no gênero	Número de pessoas com 15 ou mais anos
	Homens	Mulheres	*Total		
<b>Angola</b>	<b>80,9</b>	<b>51,9</b>	<b>65,6</b>	<b>0,64</b>	<b>30.197</b>
<b>Área de residência</b>					
Urbana	93,1	71,7	81,8	0,77	16.208
Rural	65,4	26,4	44,8	0,40	13.989

**Fonte: INE, IBEP, 2011.**

O relatório analítico de gênero (2017), aponta também que segundo o Censo de 2014 (INE, 2016) a taxa de alfabetização nacional até 2014, era de 65.6%; 79.4% urbana contra

<sup>1</sup> Tabela do Relatório Analítico de Gênero (2017).



41.1% rural; 80% nos homens, contra 53% nas mulheres, sendo maior no grupo etário entre os 15-24 anos, tanto para homens como para mulheres.

Gráfico 1: Taxas de Alfabetização na População com 15 e mais nos e População com 15-24 anos, por Área de Residência e Sexo.<sup>2</sup>

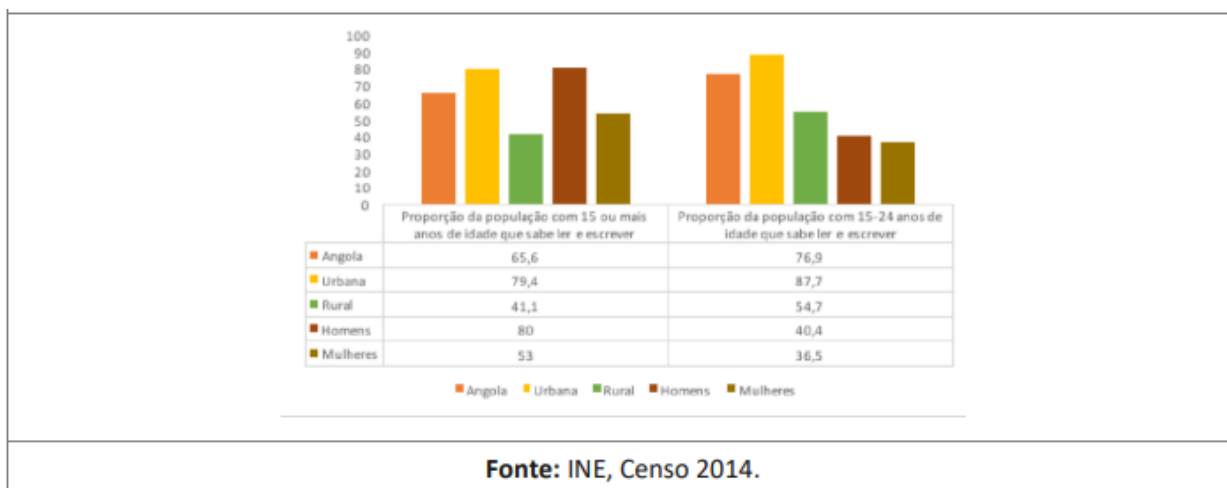
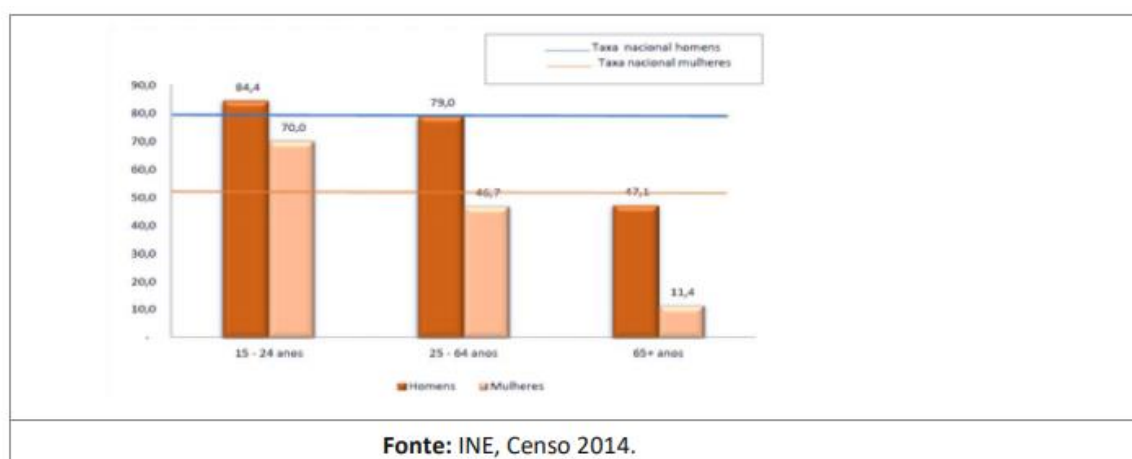


Gráfico 2: Taxa de Alfabetismo da População, por Sexo e Grupos Etários.<sup>3</sup>



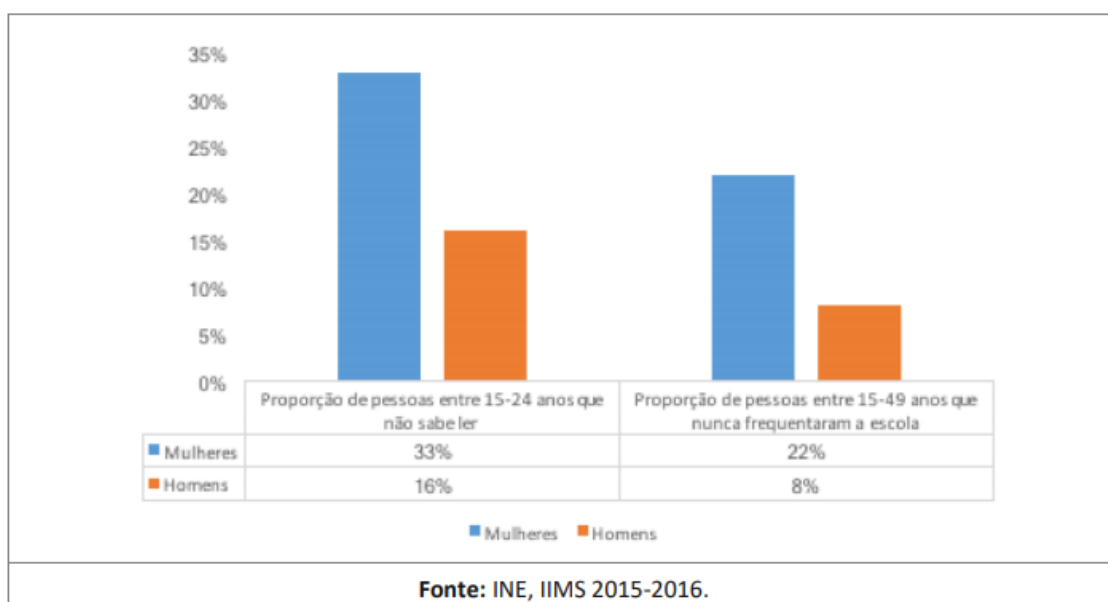
<sup>2</sup> Gráfico do Relatório Analítico de Gênero (2017).

<sup>3</sup> Gráfico do Relatório Analítico de Gênero (2017).

Luanda, Zaire e Bengo lideram na escala de alfabetização, registrando 85.9%, 81,2% e 79.8%, respectivamente, que são zonas urbanas, enquanto Malanje, Moxico e Bié não atingem 50% de taxa de alfabetização, que são cidades mais rurais.

Os dados mais recentes do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde 2015-2016 mostram que 22% das mulheres e 8% dos homens entre os 15-49 anos não têm nível algum de escolaridade, e que nunca estiveram em uma instituição de ensino, e 33% das mulheres entre os 15-24 anos não sabem ler, comparativamente a 16% dos homens no mesmo grupo etário.

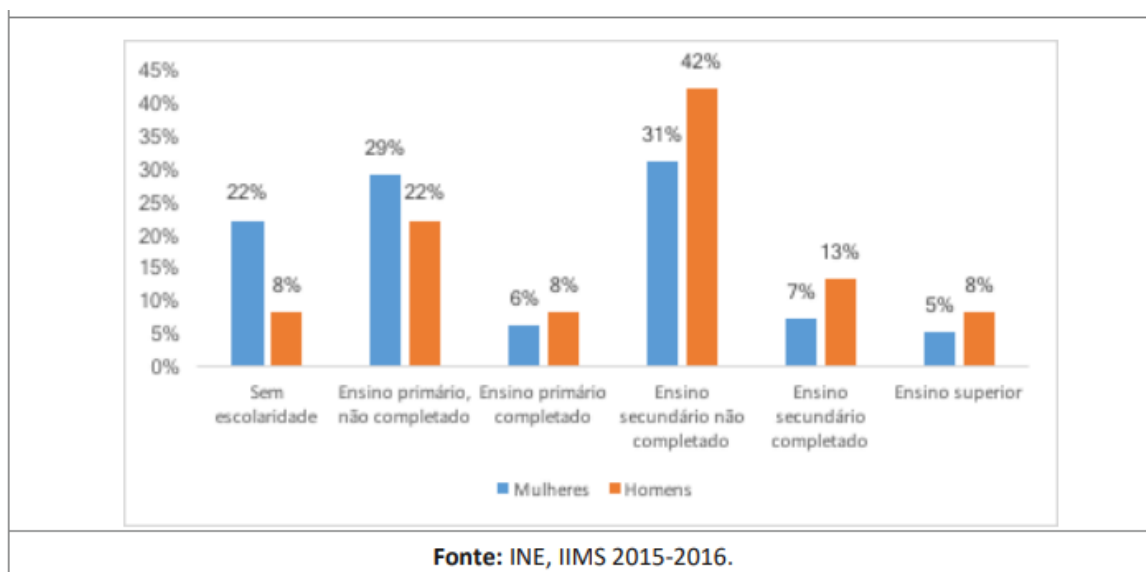
Gráfico 3: Tendências de Alfabetização.<sup>4</sup>



Regista-se uma desigualdade profunda no acesso ao ensino e também nos níveis mais elevados, embora com menor discrepância.

<sup>4</sup> Gráfico do Relatório Analítico de Gênero (2017).

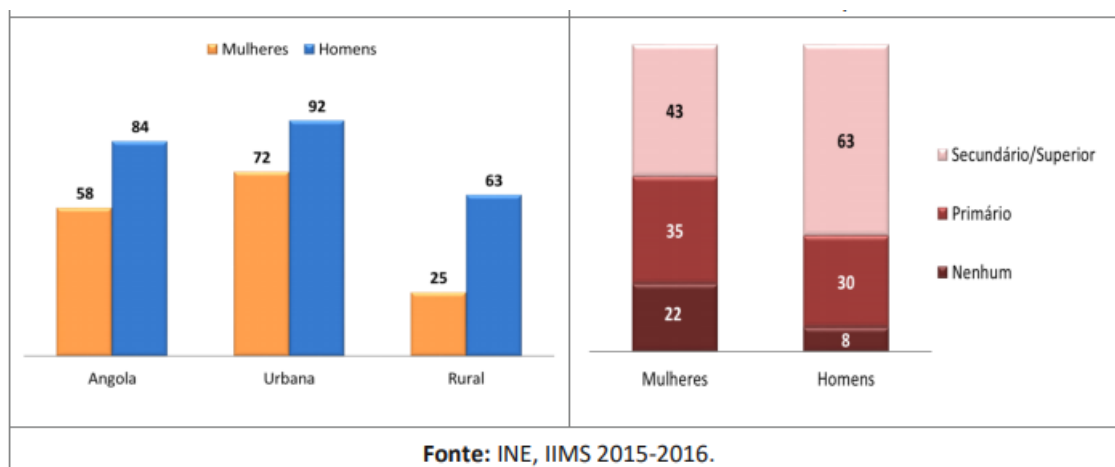
Gráfico 4: Tendências da Educação na População entre 15-49 Anos, por Nível de Escolaridade Frequentado ou Completado.<sup>5</sup>



A taxa de alfabetização no período 2015 – 2016, para a população entre os 15-49 anos é de 58% para a população feminina e 84% para a população masculina nacional. Mais uma vez, a desigualdade entre homens e mulheres é altamente influenciada pela zona de habitação, entre residentes da zona rural e urbano. Apontando 25% das mulheres entre os 15-49 anos residentes em áreas rurais são alfabetizadas contra 63% dos homens rurais. No espaço urbano, a divergência de sexos mantém-se: 72% de mulheres alfabetizadas contra 92% de homens alfabetizados. Quanto ao ensino primário, 35% das mulheres e 30% dos homens completaram este nível.

<sup>5</sup> Gráfico do Relatório Analítico de Gênero (2017).

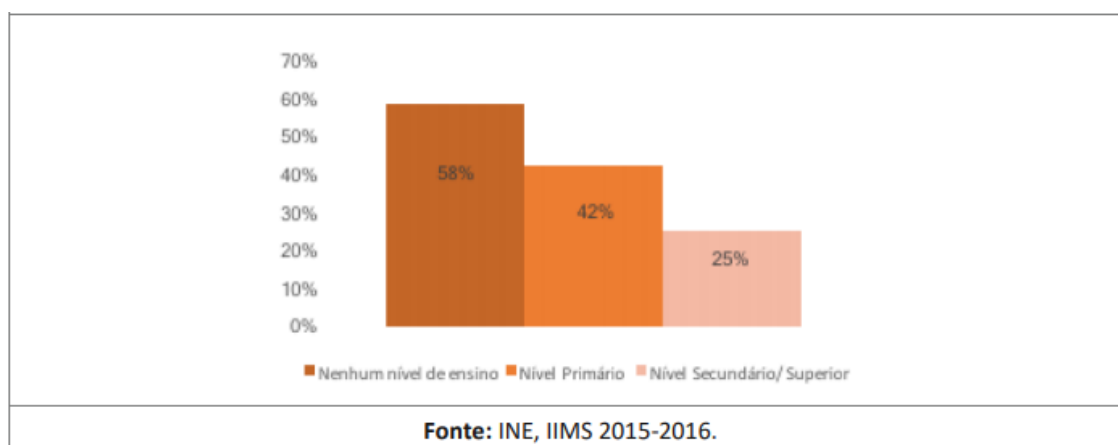
Gráfico 5 e 6: Percentagem de Pessoas entre os 15-49 anos Alfabetizadas, por Sexo e Área de Residência e Percentagem de pessoas de 15-49 anos por Nível de Escolaridade Frequentado ou Completo respectivamente.<sup>6</sup>



A taxa de frequência escolar no ensino primário para homens e mulheres é de 71%, enquanto, no ensino secundário/superior a taxa desce para 43% no caso dos homens e para 37% no caso das mulheres (INE; MINSA; MPDT e ICF Internacional, 2016), demonstrado no relatório. O nível educacional tem influência sobre o quesito fecundidade. A percentagem de jovens mulheres em idade escolar, entre os 15-19 anos, que tiveram filhos é de 58% para o grupo que não tem nível algum de ensino e reduz para 25%, quando estas frequentam um nível de estudos mais avançado, secundário ou superior.

<sup>6</sup> Gráfico do Relatório Analítico de Gênero (2017).

Gráfico 6: Fecundidade nas Adolescentes entre 15-19 anos, por Nível de Escolaridade<sup>7</sup>.



O estudo dos mais recentes indicadores providenciados pelo IIMS 20015 – 2016 trazem uma limitação para a apreciação já que, especificamente, no caso das crianças em idade escolar que frequentam ou não o ensino, a informação não está desagregada por género. O que não permite entender o grau de susceptibilidade das meninas em idade escolar ao abandono e/ ou exclusão do ensino.

## 2. ESTRATÉGIA E OBJETIVOS GERAIS

Como visto nos dados, a taxa de analfabetismo na Angola é preocupante, principalmente nas zonas rurais, o que se agrava quando analisamos o quadro através da lente de gênero. De acordo com o 2º Objetivo de Desenvolvimento do Milénio, de alcançar o ensino primário universal, o Objetivo nº 3 respeitante à promoção da igualdade de género na educação, é o que apresenta maior dificuldade de ser cumprido. Entre os fatores explicativos das desigualdades contam-se: a estrutura da rede escolar deficitária no meio rural, a pobreza das famílias; e as tradições culturais (ritos de iniciação) que, em conjugação, impedem a permanência das mulheres na escola, acarretando no seu abandono e a seguir acontecendo casamentos precoces e a maternidade. Tirando quase por completo a participação ativa das mulheres na economia, e principalmente sua autonomia e empoderamento.

<sup>7</sup> Gráfico do Relatório Analítico de Género (2017).

A estratégia de alfabetização tem como objetivo principal reduzir progressivamente a incidência do analfabetismo absoluto e funcional entre mulheres adultas, buscando a garantia que até 2022, 50% das mulheres residentes da província atendida tenha acesso ao ensino primário gratuito. Para isso, busca-se trabalhar com mulheres de faixa etária de 15 a 49 anos, grupo este que apresenta uma taxa de apenas 25% de mulheres alfabetizadas, segundo o INE IIMS de 2015-2016, contidos no relatório analítico de gênero (2017). Espera-se, assim, por meio da ferramenta da educação elevar o nível cultural e profissional das mulheres angolanas, promovendo uma maior integração social e a elevando as taxas de empregabilidade.

### 3.OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A cooperação técnica ocorrerá por meio de investimento do governo federal brasileiro com o ministério da educação de Angola, com o propósito da formação básica das mulheres. A atuação inicial será feita na província de Malanje, atendendo todas suas cidades.

Buscará atuar na problemática de gênero e e dinâmica familiar, visando sempre o reforço da igualdade de gênero. Tem-se o empoderamento das mulheres como uma responsabilidade atrelada ao princípio de uma visão comum para combater as desigualdades sofridas por essas

Outrossim, a independência da mulher é um importante artifício no combate as violências contra a mulher, o empoderamento feminino como um elemento disruptivo da violência doméstica. A escolha por pela faixa etária do projeto é um meio de aprimoramento das capacidades individuais das mulheres, através de sua alfabetização. Uma vez que promove e estimula o desenvolvimento e autonomia (empoderamento) econômicos desse grupo de mulheres, e uma serie de empoderamento podem ser atingidos em decorrência desse primeiro passo, a alfabetização.

### 4. JUSTIFICATIVA

As relações entre o Brasil e Angola se aproximam devido a seu pertencimento ao mesmo Império, o de Portugal, no qual as transações comerciais e o tráfico de escravos, onde as transações comerciais e o tráfico de escravos cunharam conexões entre as elites coloniais nos dois lados do Atlântico, inclusive de maneira independente à da metrópole. Os fluxos entre os países, principalmente os humanos, criaram laços culturais eles, calculando que

durante os séculos XVI e XIX cerca de três milhões de angolanos terão sido enviados para o Brasil (FERREIRA, 2004), estabelecendo desde logo relações culturais e comerciais bem como uma ligação que atualmente se apresenta determinante no processo de cooperação entre os países. Desde a independência de Angola, houve uma maior aproximação entre os países, que já começaram a ter cooperação técnica, científica e cultural, no governo militar. Além do apoio diplomático brasileiro foi também muito importante para a independência de Angola, tomando a posição em favor do direito à autodeterminação dos povos coloniais, principalmente colônias portuguesas (VISENTINI, 2015). Por conseguinte, a cooperação entre Brasil e Angola é importante para ambos os países, por toda sua aproximação histórica, ajudando a autodeterminação de ambos os países, e principalmente do Brasil que tem em sua origem milhões de descendentes de angolanos.

E ao recorte de gênero, se faz importante visto que o empoderamento feminino – e a alfabetização é um componente indiscutível para tal fim - é um fator determinante na prevenção e combate às violências contra mulheres. Não obstante, tal empoderamento e iniciativas de promoção da equidade de gênero figuram como objetivos declarados de diversos projetos de desenvolvimento, evidenciando a importância da perspectiva de gênero em projetos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, bem como influência nos debates e práticas que vem tomando destaque no combate à violação de direitos humanos.

## 5. PLANO DE TRABALHO/ATIVIDADES E METODOLOGIA

O envolvimento do governo brasileiro em torno da situação do analfabetismo angolano é importante pois o investimento angolano ainda é insuficiente para sanar todas as deficiências que existem nesse âmbito, principalmente nas zonas rurais. Ademais, apesar de já existir políticas públicas voltadas ao investimento de educação na Angola, políticas que atendam esse público - mulheres na faixa etária de 15 a 49 residentes na zona rural do país - atualmente não estão em vigor, o que impede a promoção e a ajuda da independência e do empoderamento dessas mulheres.

O projeto atuará na província de Malanje como primeira área de foco atuação durante três anos, a fim de obter os resultados desejados para que possa estender a área de atuação.

Malanje tem uma área de 98 302 km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 998 000 habitantes, tendo como capital a Cidade de Malanje. A província é constituída pelos

municípios de Cacuso, Caombo, Kalandula, Cambundi-Catambo, Cangandala, Cuaba, Nzogo, Cunha-Dia-Baze, Luquembo, Malanje, Marimba, Massango, Mucari, Quela e Quirim.

A Província, de acordo com os relatórios oficiais (INE 2016), tem o quadro de pobreza relacionado com os fatores emprego, saúde, educação e serviços básicos. Além de toda problemática local, a crise angolana que se instalou devido a queda do preço do petróleo resultou em maiores dificuldades na região, deixando os serviços públicos a beira do colapso.

Deste modo, de forma a melhorar as condições de escolarização, medidas serão implementadas como construção de escolas e de espaços para atividades físicas, em cidades que não tenham escola com disponibilidade para essas turmas especiais, além de um espaço voltado para crianças a fim de amparar filhas e filhos das alunas que necessitam os levar juntos, dado que o problema de não ter com quem deixar os filhos é um dos fatores que resigna as mulheres ao âmbito doméstico e com oportunidades podadas. Todos fornecimentos de materiais escolares, como cadeiras escolares, cadernos e quadro negro, ficarão também a cargo do ministério da educação, que dialogará com o presidente da província – compras essas inseridas no orçamento dado pelo governo brasileiro –. Os materiais didáticos, como livros e cartilhas serão devolvidos no final de cada semestre para ser reutilizado no semestre seguinte.

Serão construídas também residências e haverá disponibilização de transporte para o corpo docente, principalmente nas zonas mais rurais. Ademais, auxiliares serão contratados para as filhas e filhos das estudantes. Outrossim, as dinâmicas das aulas irão além de apenas a alfabetização, havendo aulas sobre educação sexual, e conscientização sobre violência doméstica e empoderamento feminino.

O programa contará com uma escola em cada cidade de Malanje, na qual cada escola contará com duas turmas, cada turma terá até 30 alunas, sendo atendidas 120 mulheres por ano em cada turma. Formando no prazo de dois anos quatro turmas e no total 3600 mulheres lecionadas. Também contará com 30 funcionários, sendo 15 professores e 15 auxiliares, um professor e um auxiliar por cidade, os quais terão direito à moradia caso não sejam residentes.

O horários e turnos das aulas serão analisados atendendo a necessidade de cada cidade. Contando com 20 horas semanais de aulas, no total de 320 horas semestrais.



## 6. CRONOGRAMA

Reuniões serão feitas com os presidentes do governo brasileiro e do governo angolano, com os ministros da educação de ambos os países, o governador da província de Malanje e os prefeitos das cidades da província, com o fim de determinar de forma conjunta os prazos do programa. O ano de 2019 será exclusivo para a construção do ambiente das escolas, no que se refere ao espaço da aula, espaço para filhos e filhas de alunas, e espaço para atividades físicas. Os locais de construção das escolas serão determinados no primeiro trimestre de 2019, dando início a construção no segundo semestre e término ao final do terceiro semestre.

Dentro desse período também será confeccionado os materiais escolares e cartilhas de conscientização, além da contratação de professores e de auxiliares. E a compra de mesas, carteiras e quadros negros.

No ano de 2020 se iniciará o ciclo das aulas, com duração de em média de 4 meses, totalizando 320 horas semestrais. Cada semestre formará uma turma totalizando 4 turmas ao fim de 2021.

## 7. RESULTADOS ESPERADOS E INDICADORES

Após o termino do programa de três anos, sendo um ano para o planejamento e construção das escolas e dois anos de alfabetização, se é esperado que sejam atendidas o máximo de mulheres que o programa foi capacitado, que são 3600 mulheres.

Esperando assim, que além de alfabetizadas elas consigam ser conscientizadas sobre educação sexual, prevenindo gravidez indesejada, e também conscientizadas sobre violência doméstica, ganhando voz para denunciar possíveis violências sofridas, sendo assim ganhando um maior empoderamento e autonomia sobre suas vidas. É esperado também que através da alfabetização essas mulheres consigam se engajar no mercado de trabalho, se tornando mais ativas na economia, e mais independentes financeiramente.

Com o possível sucesso do projeto, se é esperado a continuidade por parte do governo Angolano na província e possivelmente a extensão para as outras. A partir do resultado também o governo brasileiro poderá da continuidade expandindo para outras províncias e cidades do país.

## 8. PARCEIROS E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Parcerias como UNICEF e a ONU Mulheres para que, com o acompanhamento e organização da pauta dessas, as organizações possam atuar auxiliando no encaminhamento dessas mulheres para o mercado de trabalho, além de contribuírem ao representarem uma instituição internacional mundialmente reconhecida e legimada. O programa também contará com a parceria do Ministério da Educação do Brasil para o planejamento dos materiais didáticos das aulas, e das cartilhas de conscientização. Possíveis parcerias com ONGs brasileiras ou angolanas também são cogitadas após a concretização da parceria de cooperação entre o Brasil e Angola para a continuação do projeto posteriormente.

## 9. QUADRO DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO DO PROJETO

Tabela 2: Orçamento detalhado esperado.

Linha Orçamentária	Insumo	Fonte de Recursos	Memória de Cálculo (em US\$)	Subtotal
Materiais didáticos	Livros	ABC	450 x US\$ 50,00	22.500,00
Construção das escolas	Materiais de construção	ABC	15 x US\$ 5.000,00	75.000,00
Professores	Salário	ABC	15 professores x US\$ 300,00 x 24	108.000,00
Auxiliares	Salário	ABC	15 auxiliares x US\$ 200,00 x 24	72.000,00
Materiais escolares	Cadeiras escolares, quadro negro, etc.	ABC	450 x US\$ 50,00	22.500,00
Materiais individuais	Cadernos, canetas, etc.	ABC	450 materiais x US\$ 3,00 x 4 semestres	162.000,00
Custos extras	Luz; água, materiais de limpeza, etc.	ABC	US\$ 24.000,00	38.000,00
Totais				<b>500.000,00</b>

ABC: Agencia Brasileira de Cooperação\*

Gráfico 6: Divisão orçamentária esperada



## 10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE AÇÕES DA REFORMA EDUCATIVA – CAARE. Relatório da Fase de Experimentação do Ensino Primário e do 1º Ciclo do Ensino Secundário. Luanda: Ministério da Educação - Governo de Angola. 2010.

CONSULADO GERAL DE ANGOLA EM LOS ANGELES. História de Angola. Disponível em: <<http://www.angolaconsulate-ca.org/v2/historia>>. Acesso em: 10 outubro 2018.

FERREIRA, R. A força de um passado comum: relações Brasil-PALOP. Lisboa, 2004.

INE. Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação - 2014. Luanda: INE. 2016.

INE; MINSA; MPDT; ICF INTERNATIONAL. Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) em Angola 2015-2016. Luanda, Angola; Rockville, Maryland, EUA: INE, MINSA, MPDT e ICF International. 2016.

INE. Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014. Luanda: Instituto Nacional de Estatística. 2016.

MORAIS, M.O.; RODRIGUES, T.F. Empoderamento feminino como rompimento do ciclo de violência doméstica. Revista de Ciências Humanas, Viçosa, 2016.

PINTO, A. Reinventando o feminismo. Rev. Fazendo Gênero, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 2010.

PNUD. Declaração do Milênio, 2000. Disponível em: <<http://www.un.org>>. Acesso em: 1 de dezembro de 2018.

PORTAL OFICIAL DO GOVERNO DE ANGOLA. A história. Disponível em: <<http://www.governo.gov.ao/historia.aspx>>. Acesso em: 10 outubro 2018.

REPÚBLICA DE ANGOLA MINISTÉRIO DA FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER. Relatório Analítico de Gênero de Angola. 2017.

SILVA, E; CARVALHO, M. J. Educação em Angola e (des)igualdades de género : quando a tradição cultural é factor de exclusão. X Congresso Internacional Galego Português de Psicopedagogia. Universidade do Minho. Portugal, 2009.

VISENTINI, P. As relações Brasil-Angola: pivô da diplomacia africana. Belo Horizonte, 2015.